

As relações paradigmáticas entre património e desenvolvimento: o caso do Ecomuseu do Barroso¹

Elisa Babo²

Paula Guerra³

Resumo

Nesta comunicação daremos conta de que forma o projecto do Ecomuseu do Barroso foi concebido como um museu do território pressupondo um forte envolvimento de populações e instituições locais no processo de valorização do património e dos recursos naturais e culturais que a região, assumindo-se como um elemento de importância significativa na estratégia de desenvolvimento do concelho, integrada na própria estratégia de desenvolvimento da região do Alto Tâmega. Iremos ainda salientar de que forma o projecto do Ecomuseu do Barroso integrou um conjunto de valências e cumpriu um conjunto de objectivos que lhe confirmam o estatuto de elemento âncora de uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentado do concelho e da região. Sendo assim, o Ecomuseu deverá constituiu-se, em termos de concepção, como: *espaço de formação, espaço de representação identitária, espaço de valorização de recursos e património, espaço de concertação e cooperação interinstitucional, espaço de participação e cidadania e espaço de inovação e de mobilização de novas actividades*. Em suma, iremos destacar o carácter multidimensional do Ecomuseu do Barroso o que lhe confere uma natureza exemplar em termos das relações entre património e desenvolvimento, permitindo-lhe assumir um papel motor de diferentes componentes da realidade regional presente, partindo da diversidade de recursos e de actividades que possa integrar - recursos naturais, recursos culturais, património edificado e habitat, saberes-fazer tradicionais, capacidades de inovação, actividades a promover e serviços a prestar.

¹ Esta abordagem resulta de um trabalho desenvolvido no quadro da Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S. A, designado Estudo de Concepção e de Programação do Ecomuseu do Barroso, realizado entre Setembro de 2000 e Junho de 2002, no âmbito de uma solicitação da Câmara Municipal de Montalegre. Para além das autoras da comunicação, o estudo contou com a colaboração de Hugues de Varine como especialista nas áreas da museologia e do desenvolvimento local.

² Economista, Administradora da Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S. A.

³ Socióloga, Assistente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

1. Ecomuseu do Barroso : *um projecto para um contexto*

Em termos de enquadramento, podemos considerar que o Ecomuseu do Barroso se situa dentro das dinâmicas de evolução que marcam territórios pautados por elevadas tendências de ruralidade situados em zonas de montanha. Esta linha de enquadramento serve para equacionar esse mesmo projecto museológico no quadro de uma perspectiva de desenvolvimento integrado a ser implementada em territórios de matriz predominantemente rural. A perspectiva de desenvolvimento integrado apela, sobretudo, para a necessidade de uma análise e de uma acção que conjugue uma diversidade de temáticas (economia, tecido produtivo, dinâmicas de coesão social, práticas e dinâmicas culturais e institucionais, etc.) situadas num espaço-território vivido e sobretudo, para a importância de efectivar, de facto, *um projecto para um contexto*.

É reconhecida uma certa unidade interpretativa e de avaliação estratégica do mundo rural caracterizada pelos seguintes eixos: sensibilidade às questões agrícolas, envelhecimento demográfico e êxodo populacional, necessidade de reformulação das funções territoriais, etc.. Simultaneamente, no entanto, o mundo rural congrega situações e realidades muito distintas, impondo a necessidade de uma visão territorializada das políticas de intervenção.

Assim, *unidade e diversidade* parecem ser os dois mais importantes eixos de análise face à realidade, impondo a nós próprios, no quadro do desenvolvimento deste Estudo de Concepção e de Programação do Ecomuseu do Barroso, balizas de análise. Desta feita, iremos concentrar-nos no território do Barroso, na área pertencente ao concelho de Montalegre e nas redes de relações territoriais em que esse espaço se encontra envolvido, bem como, na sua diversidade de recursos humanos, materiais, culturais e económicos, por forma a realizar um enquadramento o mais ajustado possível face a um projecto local mobilizador de uma estratégia de desenvolvimento sustentado. Refira-se que esta mesma perspectiva tem vindo a ser definida no quadro da Comunidade Europeia quando se considera que “a chave para o desenvolvimento sustentável das zonas rurais reside no desenvolvimento de uma perspectiva independente, na descoberta de potencialidades endógenas e no intercâmbio de experiências com outras regiões, e não na transposição de modelos de desenvolvimento provenientes de outras regiões da UE.”⁴

Considerando que o nosso objectivo preliminar de trabalho se centrou na consecução de um projecto situado num contexto específico, iremos apresentar seguidamente algumas das principais coordenadas de análise desse mesmo contexto. Primeiramente, e situando a nossa análise nas dinâmicas e processos sociais da população presente no território do Barroso, e fundamentalmente no concelho de Montalegre, podemos começar desde logo por referir uma tendência marcante do ponto de vista demográfico - a crescente diminuição da população residente, nomeadamente entre 1991 e 2001. Essa diminuição do efectivo populacional é, com efeito, marcante no concelho de Montalegre, quer o insiramos na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, quer na Região do Alto Tâmega. Este contexto de repulsão populacional evidencia-se com particular ênfase se nos centrarmos na taxa de variação da população residente em 1991/98 (-11.1%) e em 1991/2001 (-

⁴ EDEC, *Objectivos políticos e opções para o território europeu*, 2000.

13.9%) que assume valores acima da média regional, sub-regional e interconcelhia⁵. Aliás, se perspectivarmos diacronicamente esta evolução, e tomando como referência a evolução da população residente em Montalegre desde 1960, poderemos dizer que esse efectivo era, a essa altura, quase o triplo do que é em 1998 (32 728 habitantes em 1960). A diminuição mais drástica da população, ocorre, neste concelho entre as décadas de 60 e 70, devido ao facto de o fenómeno emigratório ter afectado com particular intensidade esta região, provocando uma inflexão claramente negativa das taxas de variação da população residente.

Este eixo analítico permite-nos também equacionar a importância demográfica do fenómeno migratório neste concelho. Se bem que, num passado não muito distante, as preferências dos destinos destas vagas migratórias se tenham direccionado para o Brasil e os EUA, mais recentemente, essas preferências têm recaído sobretudo, sobre a França, a Alemanha e a Suíça. Na verdade, e pelo facto de estarmos perante um concelho marcado pela “raia”, as saídas, quer legais, quer “clandestinas” ou “a salto”, assumem historicamente grande importância, condicionando a própria dinâmica demográfica do concelho. Aliado a este fenómeno, também os fluxos migratórios internos têm contribuído para o progressivo esvaziamento da região a favor dos principais centros urbanos do litoral, o que se justifica pelo facto de estarmos perante um concelho com nítidas características de interioridade, atestada pela falta de dinamismo da economia local, ausência de cultura empresarial, deficientes e degradadas condições de acessibilidade interna e externa e insuficiente cobertura de infra-estruturas físicas e sociais.

Ainda importante dentro desta análise também se nos apresenta a estrutura da população por idades. Ora, tendo como lógica de comparação 1991 e 1999, verificamos que o concelho de Montalegre se situa num cenário de regressão muito acentuada da população jovem (-38.5% de indivíduos entre os 0 e os 14 anos) inserindo-se numa dinâmica generalizada a todo o Alto Tâmega (-31.5% de pessoas no grupo etário dos 0 aos 14 anos) e à própria Região de Trás-os-Montes e Alto Douro (-28.0% de indivíduos dos 0 aos 14 anos). Aliás, este quadro generalizado de envelhecimento populacional evidencia-se ainda pelo facto de no quadro do Alto Tâmega e da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, o escalão etário com 65 ou mais anos ser o único que regista um aumento, 4.8% e 9.9%, respectivamente. Da mesma forma, e recorrendo a outros indicadores que acentuam os desequilíbrios anteriormente detectados, importa ter em conta que o índice de envelhecimento tem vindo a agravar-se, nomeadamente em Montalegre, no período que medeia a década de 80 e a 90.

Estas dinâmicas demográficas evidenciadoras de um contexto de progressivo envelhecimento demográfico constituem por si só indicadores privilegiados de análise do aumento das condições de vulnerabilidade da população à exclusão e à desintegração sociais neste contexto territorial específico. Conforme, podemos dizer que o alcance de níveis de coesão social aceitáveis não é incompatível com uma sociedade envelhecida. No caso concreto do nosso país, e de Montalegre em particular, o envelhecimento populacional traduz-se especialmente em situações de isolamento face

⁵ Cfr. INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*, 1999 e estimativa da Quatenaire Portugal realizada no âmbito do Estudo do Sistema Multimunicipal de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro para o IPE - Águas de Portugal, Junho de 2000.

à sociedade exterior⁶, relativo abandono e declínio social das pessoas, más condições de habitabilidade e de alimentação, forte apego face ao meio de origem - casa -, individualismo enquanto forma de relacionamento e fatalismo enquanto perspectivação do futuro; somatório de dinâmicas sociais pouco animadoras do ponto de vista do envolvimento e da participação sociais. Acresce a tudo isto, o facto de a sociedade civil em geral não estar preparada para encarar a velhice enquanto modo de estar na vida e forma de coexistência social. Para além disso, convém salientar que o envelhecimento populacional é muito exigente relativamente ao meio envolvente no que concerne a infra-estruturas e serviços de apoio para lhe fazer face; ora, este é um contexto novo relativamente ao qual as fórmulas clássicas e em geral estigmatizantes de protecção social ao idoso não se adequam, quer pela extensão quantitativa, quer pela extensão qualitativa do fenómeno.

Para além de todas estas condicionantes, o envelhecimento populacional é na generalidade acompanhado por um aumento de dependência pecuniária face às prestações sociais do Estado e crescente incapacidade de dinamização de uma agricultura de sobrevivência, anterior “válvula de escape” para situações de precariedade económica. Sabemos que o nível e o montante das pensões de velhice e de sobrevivência em Portugal é muito restrito, o que torna os idosos pensionistas, particularmente, os que vivem em zonas rurais, numa categoria social particularmente vulnerável à pobreza e à desintegração social. Pelos dados abaixo apresentados, poderemos constatar a particular presença desta situação em Montalegre. Assim, a existência de 35.5 pensionistas em 100 habitantes traduz um forte contexto de vulnerabilidade à exclusão principalmente se tivermos em linha de conta o carácter de relativa fragilidade do Estado Providência em Portugal que poderá, a curto ou médio prazo, não ser capaz inclusive de dar respostas a este tipo de situações⁷.

Se acrescentarmos a estas dinâmicas de evolução da população, uma análise das principais actividades económicas desenvolvidas pela população, será relevante considerar que este contexto apresenta uma débil estrutura de emprego⁸, marcada pelo peso da actividade agrícola - com efeito, em 1991, 56% da população empregada situava-se no sector primário, actividade esta que é praticada por escalões idosos da população e maioritariamente, através de métodos tradicionais. Podemos ainda acrescentar que este concelho se defronta com um cenário de qualificações profissionais muito carenciado, o que acaba por ter incidências negativas, quer ao nível do acesso, quer ao nível da criação de novos empregos. Assim, parece possível antever um quadro territorial marcado por uma situação de carência de recursos humanos tecnicamente qualificados, bem como de actividades empresariais, de possibilidades de emprego e de capacidade de fixação local, nomeadamente para as camadas mais jovens da população. Exemplificadamente, o concelho de Montalegre é portador de uma taxa de analfabetismo de 22.6%, superior à da Região de Trás-os-

⁶ Muitos dos idosos encontram-se numa situação de abandono e de solidão, até porque os seus familiares mais directos encetaram percursos emigratórios.

⁷ Com efeito, o sistema de protecção social em Portugal depara-se com condicionantes de ordem económica e social. As condicionantes económicas estão relacionadas com o decréscimo da produtividade e com o crescimento do desemprego e a sua conseqüente persistência. As condicionantes sociais prendem-se com a retracção de redes de solidariedade locais, com o envelhecimento galopante da população, com a feminização do envelhecimento, as mutações familiares e com a formação e qualificação dos indivíduos. Cfr. COMISSÃO DO LIVRO BRANCO DA SEGURANÇA SOCIAL, *Livro Branco da segurança Social*, Dezembro de 1997.

⁸ Cfr. Dados do IEFP de Março de 1998 a Março de 2000.

Montes (15.8%)⁹. Dentro desta mesma tendência, podemos ainda referir que mais de metade da população residente neste concelho, possui como nível máximo de qualificação escolar, o ensino primário.

Assumindo estes indicadores, podemos asseverar que as dinâmicas demográficas do concelho de Montalegre são pautadas por um progressivo e persistente envelhecimento populacional e apelam não só para um reconhecimento dessa evidência, mas para a existência de um esforço no sentido de um maior reconhecimento social das idades pós-ativas, através da criação de incentivos à criação de novas oportunidades de emprego e inserção social, direccionadas para um estrato populacional geralmente não contemplado por este tipo de iniciativas. Por outro lado, e se conjugarmos as principais características demográficas com as debilidades das competências educativas e profissionais da população, num contexto de emprego marcadamente insuficiente e tradicional, poderemos antever a necessidade de reestruturação urgente da oferta de formação e de educação e da dinâmica empresarial local, no intuito de responder à composição e ao perfil da mão de obra local.

Outro eixo de análise fundamental do território barrosão situa-se nas dinâmicas, recursos e constrangimentos da economia rural. Sabemos que os constantes movimentos migratórios e as tendências de regressão demográfica têm atingido a vida rural e a própria agricultura numa tendência de desequilíbrio e de retracção, o que não significa que a agricultura não continue a ser fundamental para uma estratégia e aposta de desenvolvimento sustentado. As linhas de desenvolvimento recentes fazem com que a agricultura, para além da sua função primordial, que se prende com a produção de bens alimentares, passe a cumprir outras funções de grande relevância para a estruturação do território: a sua ocupação geográfica, a dinamização de outras actividades em meio rural, como por exemplo, o artesanato, o turismo, a gastronomia e as agro-indústrias, etc. e a manutenção das paisagens, dos agro-sistemas e do ambiente. Dentro deste espectro analítico, também podemos lançar o nosso olhar na estrutura produtiva agrícola. A base produtiva do sector assenta fundamentalmente em explorações fundiárias de pequena dimensão, com um nível de fragmentação relativamente elevado, evidenciando o facto de serem unidades produtivas de natureza familiar, exploradas por conta própria onde predomina uma agricultura de subsistência em minifúndio. Em suma, estamos situados dentro de um modelo agrícola balizado por uma agricultura fragmentada, pouco produtiva, pouco rentável, pouco modernizada, sem recurso a novas tecnologias, praticada por uma população maioritariamente idosa e sem qualificação escolar e profissional¹⁰.

Sabemos que as principais tendências registadas no sector agrícola se prendem, largamente, com as próprias consequências do processo migratório, que tem contribuído, em larga medida, para a desvalorização do mundo rural e da actividade agrícola. Perante este contexto, será possível enunciar um conjunto de linhas de acção - algumas já em fase de concretização, ainda que

⁹ Dados relativos a 2001, INE, Censos de 2001.

¹⁰ Aliás, foram realizadas já algumas pesquisas acerca dos agricultores idosos de Trás-os-Montes, exemplificativas de um retraimento da produtividade agrícola e da vivacidade face ao contacto com a terra. ANTÓNIO FRAGATA e JOSÉ PORTELA, "Agricultores idosos de Trás-os-Montes: exclusão e reconhecimento", in *Análise Social*, nº 156, Vol. XXXV, 2000.

incipiente - que se possam afigurar como tendências capazes de inverter uma situação de clara desvalorização do mundo rural e da actividade agrícola (note-se, que são potencialidades já existentes no território de Montalegre).

Quando equacionamos o espaço rural, teremos de ter sempre presente a centralidade da agricultura nesse mesmo espaço, contudo, temos de pensar que as zonas rurais são hoje muito mais que espaços agrícolas, o que quer dizer que a agricultura não é mais a única grande prioridade da política de desenvolvimento das zonas rurais do interior. Outrossim, a própria OCDE¹¹ que apelida as zonas rurais similares a Montalegre como *zonas rurais recuadas*, considera que nestas zonas “as actividades agrícolas tenderão a retrair-se enquanto sector autónomo e mercantilizado para se integrarem em complexos mais amplos, que poderão designar-se por fileira do ambiente e património, isto é, um conjunto de iniciativas complementares e desejadamente geridas de forma integrada, em que a fruição do mundo rural surge como factor mobilizador de um leque diversificado mas articulado de actividades”. Assim, adquire uma importância inegável a multiplicidade de opções de utilização das zonas rurais valorizando as suas funções de reserva de espaço físico e de protecção e reprodução ambiental. Neste sentido e tendo em linha de conta as potencialidades do concelho de Montalegre e da Região do Barroso podem evidenciar-se algumas potencialidades alternativas de reestruturação do mundo rural.

Uma primeira potencialidade prende-se com a riqueza patrimonial e paisagística do concelho podendo rentabilizar-se toda uma série de usos com fins recreativos, lúdicos e de entretenimento. Existe, na actualidade, uma tendência cada vez mais consistente de procura do concelho com fins recreativos e turísticos, mobilizando um contingente não negligenciável de visitantes aos fins-de-semana e em determinadas épocas festivas. Num cenário destes, têm vindo a tomar corpo algumas ofertas recreativas e turísticas locais, não obstante o seu carácter ainda reduzido e incipiente. Parece-nos pertinente detectar que estas estratégias de exploração turística deverão ser consolidadas e amplificadas, na medida em que o designado turismo rural¹² poderia funcionar quer como complemento económico dos rendimentos da população, quer como factor gerador de empregos, de escoamento de produtos locais e de fixação da população. Relembre-se, a propósito, que o turismo poderá ser promovido como actividade que se equilibra com outras, dentro de uma perspectiva integrada de desenvolvimento, na medida em que o desenvolvimento desse sector envolve necessariamente outros sectores, tais como, o da construção civil, o alimentar, o comercial, o dos transportes e serviços, o do artesanato, o do lazer, etc. Exemplificadamente, os produtos locais podem ser apresentados com atributos que os tornam muito atractivos nos grandes mercados, porque mantêm padrões de qualidade ou singularidades que os levam a ocupar nichos muito especiais e por isso rentáveis, como acontece com a carne barrosã ou o fumeiro do Barroso. Exemplificadamente, podemos registar em Montalegre, a existência de um forte dinamismo no respeitante à produção artesanal de fumeiro, consubstanciado no facto de estarem inscritos para a Feira de Fumeiro de 2001, 207 produtores oriundos de quase todas as freguesias do concelho. Não

¹¹ OCDE, *Quel avenir pour les campagnes? Une politique de développement rural*, OCDE, 1993.

¹² Ou outras formas de aproveitamento turístico como, o eco-turismo, o turismo de habitação, etc.

obstante este dinamismo, será necessário ponderar acerca da sustentabilidade efectiva desta actividade.

Do mesmo modo, a crescente busca de algumas aldeias de Montalegre como espaço de segunda residência, assume-se como uma alternativa de dinamização importante, pelos recursos que pode potenciar localmente. Neste caso, como nos anteriores, o respeito pelo meio ambiente deve ser um primado de acção, sendo de particular importância os cuidados a ter na recuperação/construção de casas, bem como, na manutenção de relações de sociabilidade equilibradas face à comunidade local.

Este território dispõe de um potencial considerável de energias renováveis, tais como, as energias solar, eólica e hidráulica. Este facto abre perspectivas interessantes em matéria de diversificação económica e de produção não poluente de energia, permitindo também uma diversificação das actividades produtivas agrícolas, bem como, a emergência de iniciativas empresariais nestes domínios, como já se têm verificado pontualmente no concelho, nomeadamente, em Padornelos. De um modo geral, os recursos ambientais existentes no concelho de Montalegre também potenciam o desenvolvimento de actividades florestais, cinegéticas, minerais, de serviços, etc., funcionando, também como alternativa à agricultura tradicional.

Considerando o povoamento e o espaço construído, enquanto terceiro vector analítico, podemos avançar, em primeiro lugar, com uma análise das principais tendências de evolução das condições de habitabilidade presentes no território do Barroso, considerando que as diferentes modalidades de ocupação e de vivência do espaço são vectores de análise fundamentais em matéria de povoamento e dinâmicas do espaço construído. No tocante ainda às principais tendências em termos de povoamento e sua relação directa com o espaço construído, poderemos ainda desenhar um cenário de relativa debilidade no tocante ao estado de conservação físico geral das casas. Esta situação prende-se, por um lado, com a existência de uma população idosa, isolada e com fracos recursos financeiros, o que lhes impossibilita uma tomada de decisão mais intensa em prol da requalificação e conservação das suas casas. As condições precárias de conservação das habitações prendem-se, ainda, com os contínuos fenómenos migratórios que têm avassalado o concelho, levando a um abandono progressivo das casas. O forte sentido de propriedade tem também levado à existência de um relativo immobilismo no sentido da dinamização do mercado imobiliário e fundiário. Podemos ainda destacar, neste domínio de avaliação, a tendência para a construção de habitações novas, nomeadamente, fora do miolo central das aldeias, especialmente por parte de população emigrante. Esta tendência construtiva merece especial destaque sobretudo se equacionarmos o seu respeito pela arquitectura e memória local de habitação. Assim, muitas vezes, opta-se por soluções construtivas muito distantes dos moldes tradicionais, gerando efeitos dissonantes em termos de leitura espacial e social e fomentando, concomitantemente, a desagregação de uma unidade paisagística. Esta dinâmica de construção prende-se com o que poderemos apelidar de democratização dos sucessos e reabilitação da imagem social, o que tem conduzido muitos dos emigrantes portugueses, tanto regressados como em antecipação de regresso, a marcar as suas realizações materiais com traços identificáveis da condição de emigrantes. Por outro lado, neste processo, também não podemos deixar de salientar a importância dos novos padrões de conforto,

que exigem que o acesso às habitações seja feito de automóvel ou que não se adaptam às habitações que integram ainda instalações para o gado, por exemplo. Todas estas exigências se tornam importantes na análise das dinâmicas de povoamento recentes do Barroso. Nos últimos tempos, o concelho de Montalegre tem vindo a assistir a uma espécie de reocupação neo-rural¹³ pautada pela crescente procura de casas de segunda ou de terceira residência por parte de população oriunda, nomeadamente, dos concelhos de Braga, de Guimarães e do Porto. Esta ocupação poderá afigurar-se como um importante veículo de dinamização local, como já constatamos, mas torna-se imperioso que exista por parte desses imperativos construtivos, uma lógica de respeito pelo ambiente e pela paisagem e um intuito de dinamização da mão de obra local, encarando a valorização do património como componente incontornável do processo de desenvolvimento local.

Dentro de uma análise dedicada mais aos processos sociais existentes no território de Barroso, em termos de quarto eixo analítico, poderemos dizer que uma questão estruturante em termos da evolução dos processos sociais e dos seus respectivos actores se prende directamente com a problemática da repulsão populacional. É preciso salientar que as fortes migrações para as zonas litorais do país ou para o estrangeiro estrangularam decisivamente a capacidade de dinamismo e de inovação de algumas localidades, facilitando um cenário de autênticas “aldeias fantasmas”, pautadas por casas abandonadas e em elevado estado de degradação física, inexistência de forças vivas locais e de espírito empreendedor. Evidentemente que estes cenários mais frequentes nas freguesias de maior interioridade e inacessibilidade física têm vindo a favorecer uma espécie de círculo vicioso da repulsão populacional, isto é, são estas as zonas também menos propensas à fixação por exemplo de emigrantes regressados ou de segundas residências por parte de urbanos à procura de um cenário relativamente forçado de ruralidade. Evidentemente que a fixação das pessoas não deve ser forçada, pondo em causa os seus próprios desejos e aspirações pessoais, por isso, será importante que sejam os próprios actores sociais a escolherem e a desenharem os seus próprios processos de fixação, e nesse ponto o Barroso pode oferecer inúmeras potencialidades. Convém dotar estas zonas de estruturas facilitadoras à fixação nomeadamente de jovens activos adultos de forma a combater a contínua atractividade de centros urbanos em Espanha, no Porto, em Braga ou mesmo em Chaves. Contudo, pensamos que o que está sobretudo em jogo na estruturação destes processos sociais estará na crescente estigmatização que estas zonas têm vindo a acumular perante uma sociedade que valoriza sobretudo o território urbano.

É preciso ter em linha de conta que as zonas rurais se afirmam hoje muito mais do que meros espaços agrícolas, como temos vindo a referir; aliás, a agricultura não poderá ser somente a alavanca de enraizamento das populações a estes locais, ter-se-ão de prefigurar uma multiplicidade de opções credíveis de utilização das zonas rurais, como já vimos anteriormente. Em síntese, torna-se urgente dar conteúdo à expressão: “*o interior, um território visitável, mas também habitável*”¹⁴. Neste prisma, devem ser aprofundadas as redes de complementaridades e não de dependências

¹³ VVAA, “(Re)povoar o meio rural”, in *Leader Magazine*, nº22, 2000.

¹⁴ Expressão de JOSÉ REIS, in VVAA, *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior - Debates da Presidência da República*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

destes espaços face às zonas urbanas, aproveitando e rentabilizando todo o conjunto de potencialidades de carácter paisagístico, ambiental, turístico, cultural, produtivo, conferindo a estes espaços a excelência de oferta de bens genuínos e de elevada qualidade¹⁵.

Se considerarmos o número de pensionistas por invalidez no concelho e tributários de pensões de velhice e de sobrevivência, podemos considerar que a sua incidência territorial é mais proeminente nas freguesias de Cabril, Chã, Ferral, Montalegre, Salto e Viade, indiciando também que estas freguesias configuram de forma mais clara processos de exclusão social de idosos, onde a acrescentar a uma vulnerabilidade económica (fruto das baixas pensões de reforma), temos concomitantemente uma forte vulnerabilidade física e de condições de saúde. Aliás, o número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido em Montalegre é muito reduzido (1,4%)¹⁶ face à média nacional (4%), mas tal situação não equivale a dizer que não se trata de um território com exclusão, mas tão só que a população idosa assumindo neste contexto um peso tão importante acaba por se tornar um denominador comum da exclusão.

Existem também estrangulamentos familiares no tocante à sua constituição como unidade de integração e mobilizadora de projectos de vida. No que diz respeito à educação socio-familiar desenvolvem-se todo um conjunto de actividades que têm como objectivo o desenvolvimento de competências relacionais no que concerne ao espaço familiar e ao seu meio envolvente. Também se incluem acções capacitadoras de um melhor exercício dos direitos e obrigações de cidadania. Num sentido mais restrito, também se implementam acções relacionadas com preparação básica das famílias, tais como, divulgação e ensino de normas de higiene e manutenção da casa, higiene pessoal dos membros do agregado familiar, regulação de hábitos alimentares, acompanhamento dos percursos escolares, manutenção e preservação da saúde dos membros da família, etc. A própria comunidade continua, não obstante, a estigmatizar e a segregar as pessoas que de alguma forma tornam visíveis institucionalmente as suas carências familiares. Ainda persiste um contexto de rivalidades entre as pessoas, levando ao ocultamento de determinados problemas sociais.

A retracção face ao exercício dos direitos e dos deveres de cidadania parece também caracterizar os processos sociais em análise. Assim, torna-se necessário quebrar inércias instaladas, rentabilizar as forças vivas locais, nomeadamente presidentes de junta e párocos, assim como professores. Não nos podemos esquecer que estamos perante uma sociedade em que a proximidade social e geográfica são elementos fundamentais de mobilização. Neste ponto importa reflectir acerca da importância da participação na inserção social. A inserção social remete para um duplo movimento com duas vertentes; por um lado, passará pelo facto de as pessoas, famílias ou categorias sociais em situação ou risco de exclusão, tenham acesso a direitos e deveres de cidadania e de participação social e cultural; por outro lado, terão de existir agentes integradores, instituições, associações e grupos, que forneçam a esses mesmos indivíduos possibilidades e meios de iniciar esses processos de forma a combater uma relação dependente. É importante referir que os processos em causa implicam muitas facetas da vida humana, tais como, a interacção social e familiar, o acesso a

¹⁵ Cfr. RUI AZEVEDO, "El desarrollo local en las zonas rurales. Perspectivas para el siglo XXI", in *Pan Waldchen. In Memoriam. Lo Local y lo Internacional en el Siglo XXI - La Importancia de las Redes de Colaboración*, DGXVI, 1993.

¹⁶ Segundo dados fornecidos pela CLA local, datados de Fevereiro de 2001.

instituições, a possibilidades de obter escolarização, a qualificação profissional, o emprego, a participação cívica e política, etc. É importante que o recurso aos serviços de apoio social seja encarado por ambas as partes como um processo de constante negociação, criando espaços de autonomia e capacidades de desenvolvimento de estratégias de reforço da auto-estima das populações.

Finalmente e dentro do quinto e último eixo analítico, avaliando os recursos culturais e lúdicos, podemos aquilatar que o território em presença detém um vasto potencial de recursos. Assim, refira-se a qualidade e quantidade de espaços naturais com elevadas capacidades cénicas e paisagísticas, adequados à prática de actividades desportivas, recreativas e culturais, materializados na montanha, nas albufeiras e nos centros das aldeias. Em termos de agentes promotores de cultura, de lazer e de recreio, salienta-se a importância da presença das associações desportivas, das associações de caça e de pesca e de associações culturais. À excepção das associações de caça e de pesca, o restante associativismo parece estar confinado à sede do concelho ou pontualmente em outras freguesias (Cervos, Vilar de Perdizes, Salto, Venda Nova, Gralhas, Pitões e Viade). Esta situação é reveladora de insuficiências em termos de dinamização cultural sobretudo pelo facto de estarmos perante um concelho tão rico e diversificado do ponto de vista cultural. Por outro lado, algum do dinamismo cultural existente encontra-se debilitado, na base, pela inexistência de lideranças capazes de o reforçarem enquanto instrumento de afirmação identitária local.

Se nos concentrarmos na produção cultural de matriz artesanal, depreendemos a presença de alguns sectores, tais como, a cerâmica, os trabalhos em ferro, os trabalhos em pedra, os trabalhos em colmo, a cestaria, as croças e jugos, o trabalho em madeira, a tecelagem, os bordados e as rendas. Não obstante a presença deste conjunto diversificado de actividades, não podemos deixar de fazer referência à sua insuficiente representatividade numérica em termos de agentes locais envolvidos, à sua insuficiente representatividade geográfica, bem como à inexistência de uma estratégia global de comercialização e de certificação destes produtos.

Em termos de manifestações e eventos culturais, este território é marcado sobretudo pela época de Verão - coincidente com a visita de emigrantes. Nesta altura, os grandes eventos culturais mobilizadores centram-se na realização quase diária das “Chegas de Bois” e da comemoração das festas religiosas locais. Durante o ano, os momentos marcantes de comemoração lúdica e cultural centram-se na Feira do Fumeiro e na Feira do Cabrito. Estes eventos, ainda que enraizados nas memórias e identidades locais, parecem ser insuficientes enquanto tradutores e agregadores de todas as dinâmicas e tradições culturais existentes.

A sede do concelho tem vindo a despoletar algumas dinâmicas interessantes do ponto de vista da dinamização cultural que se poderão apresentar como desafios para uma mudança generalizada deste domínio. Sem pretendermos ser exaustivos, parecem-nos de particular importância as actividades desenvolvidas pela Biblioteca Municipal, por algumas associações de natureza lúdica e recreativa (a NaturBarroso e o Papa-Ventos) e por algumas escolas locais. Este esforço tem vindo a ser acompanhado por crescentes oportunidades de implantação e de remodelação de equipamentos para fins culturais e lúdicos. Também em torno do Castelo de Montalegre, e pela instalação de um

Bar-Restaurante se têm vindo a prefigurar outras dinâmicas. Restaria ainda referir toda uma dinâmica emergente de procura de Montalegre em dias de superstição ou no chamado “Dia das Bruxas”, dinâmica recente de procura que faz antever um segmento de visitantes importantes e eventualmente catalizadores de um processo de sustentação de oferta lúdica e cultural mais acentuado.

2. A assunção do Ecomuseu do Barroso como peça-chave de uma estratégia de desenvolvimento local e regional

O projecto do Ecomuseu do Barroso, concebido como um museu do território pressupondo um forte envolvimento de populações e instituições locais no processo de valorização do património e dos recursos naturais e culturais que a região possui, deve ser assumido como um elemento de importância significativa na estratégia de desenvolvimento do concelho, integrada na própria estratégia de desenvolvimento da região do Alto Tâmega. A finalidade e os objectivos que o Ecomuseu do Barroso irá assumir identificam-se de forma relevante, com as principais linhas de estratégia para Montalegre e para a região do Alto Tâmega, na medida em que são fortemente sustentadas nas realidades locais, de modo a conseguir uma rentabilização equilibrada dos seus recursos, incluindo os recursos humanos. Desta forma, faz mais sentido conceber um museu do território para toda a área identificada como região do Barroso, do que limitá-lo nos contornos administrativos do concelho de Montalegre, uma vez que se podem encontrar nas especificidades dessa região, uma forte mais-valia para o projecto.

O Ecomuseu do Barroso integra, assim, um conjunto de valências e cumprir um conjunto de objectivos que lhe confirmam o estatuto de elemento âncora de uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentado do concelho e da região. Sendo assim, o Ecomuseu deverá constituir-se como: Espaço de formação; Espaço de representação identitária; Espaço de valorização de recursos e património; Espaço de concertação e cooperação interinstitucional; Espaço de participação e cidadania; e Espaço de inovação e de mobilização de novas actividades. O carácter multidimensional e territorial que o Ecomuseu do Barroso pretende assumir deverá permitir-lhe ocupar um papel motor de diferentes componentes da realidade regional presente, partindo da diversidade de recursos e de actividades que possa integrar - recursos naturais, recursos culturais, património edificado e habitat, saberes-fazer tradicionais, capacidades de inovação, actividades a promover e serviços a prestar.

O Ecomuseu do Barroso integra em si uma função elementar de documentação, investigação e interpretação dos valores culturais e naturais do território do Barroso e, deste modo, contribui para reforçar a identidade cultural desta comunidade, em estreita ligação com o seu espaço geográfico. As referidas funções de investigação, documentação e interpretação deverão extravasar a própria estrutura do Ecomuseu, constituindo-se este como elemento motor de uma *atitude* a adoptar pelas diversas instituições locais, nomeadamente de base associativa - juntas de freguesia, associações culturais e recreativas, associações com objectivos de acção social, associações de produtores e empresários, entre outras.

O Ecomuseu do Barroso pressupõe um processo de mobilização e de envolvimento das populações na construção dos seus espaços, dos seus símbolos, das suas actividades e dos serviços que presta em prol do desenvolvimento do concelho e da região. Nesta medida, a sua orientação pauta-se pelo desenvolvimento dos valores da participação e da cidadania, procurando promover igualmente esses valores junto de outros espaços e instituições. A função essencial na construção do Ecomuseu que passa pela inventariação dos recursos locais e regionais deverá ser promovida de forma participada, despoletando nas pessoas o sentido de pertença e a capacidade de formularem desejos, expectativas e opiniões críticas face ao projecto do Ecomuseu e face ao futuro do seu território.

Relacionada com esta dimensão de participação e mobilização da população integra-se também na estratégia do Ecomuseu, a formatação de soluções de resposta às necessidades de formação e de valorização dos recursos humanos locais. O Ecomuseu do Barroso, enquanto instituição promotora do desenvolvimento regional, deverá cumprir um papel na promoção das qualificações e da criação de emprego, quer assumindo-se como entidade directamente organizadora de actividades formativas, quer como parceira de outras instituições reforçando as capacidades que o tecido local já detém neste domínio.

A preservação do ambiente dentro de padrões de equilíbrio e de sustentação do sistema ecológico da região, constituem igualmente domínios de preocupação e de intervenção da nova estrutura a criar. O Ecomuseu do Barroso adopta o próprio modelo de ocupação e de relação das pessoas com o seu território como elemento central da sua intervenção, conferindo-lhe a função de acervo museológico. Contudo admite como condição fundamental da salvaguarda deste acervo, a sua vitalidade e a capacidade de auto-sustentar alguns novos desafios no sentido de uma requalificação da vida das populações e da viabilização de certas actividades de foro económico.

A sustentação do sistema ecológico existente passa igualmente pela valorização do património, especialmente do património edificado e do modelo de habitat tradicional. O Ecomuseu do Barroso nas suas dimensões de investigação e documentação, de promoção de novas qualificações e de actividades económicas viáveis e de defesa dos valores da participação e da cidadania, procurará garantir formas de preservação e de revitalização do património construído e de sustentação dos aglomerados rurais em processo de abandono. Neste domínio poder-se-ão integrar na intervenção do Ecomuseu, acções directas ou indirectas com vista à ocupação de edifícios, preferencialmente nos núcleos mais antigos dos aglomerados rurais, garantindo desta forma uma refuncionalização dos imóveis e uma vivificação dos aglomerados, incluindo a fixação de novas dimensões relacionadas com a actividade turística, de animação cultural e lúdica.

O Ecomuseu do Barroso apoia igualmente a sua actividade numa dimensão de integração social das populações, especialmente de segmentos de população fragilizados ou em processo de marginalização e exclusão. Dentro dos seus diferentes eixos de intervenção, o Ecomuseu privilegiará as oportunidades que se venham a criar no campo da integração de grupos de população excluídos e de reforço das relações inter-geracionais. A região do Barroso é hoje fortemente afectada pelo processo de envelhecimento da população residente e de agravamento de sinais de dependência demográfica, visto ter sido e continuar ainda a ser, palco de fluxos migratórios muito fortes. Os novos desafios com vista à fixação dos jovens deverão ser assumidos de modo a encontrar soluções

para o fortalecimento de uma sociedade providência e a reequacionar equilíbrios inter-geracionais, indispensáveis à própria coesão social.

Dentro dos desafios à promoção de actividades económicas que sustentem um modelo, pluridimensional e socialmente viável, de ocupação dos territórios rurais, a recuperação dos saberes tradicionais e a valorização das actividades de produção de produtos regionais, constituem elementos valorativos da própria estratégia de desenvolvimento assumida. O Ecomuseu do Barroso poderá, mais uma vez, liderar uma acção de animação das estruturas locais no sentido de garantir a transferência de saberes fazer dos mais velhos para os mais novos e de viabilizar economicamente, actividades de fabrico de produtos artesanais de carácter regional. A esta intervenção associa-se por outro lado, a função de investigação e documentação que o Ecomuseu pretende vir a cumprir, e que contribuirá para acrescentar a essa intervenção de cariz económica, uma de natureza mais cultural, de salvaguarda de um património imaterial que, de outro modo, tenderá a perder-se.

A aposta na constituição de um Ecomuseu para o Barroso é também um factor de atractividade turística e de visibilidade, no exterior, do concelho de Montalegre e da região barrosã, o que se repercutirá certamente no alargamento de mercados para os produtos e serviços oriundos desta região, sejam de natureza artesanal (produtos alimentares, artigos utilitários, etc.) seja de natureza turística e recreativa (serviços de alojamento, de restauração, de animação ambiental, etc.). Apesar do Ecomuseu poder não ter como função principal uma função comercial, o seu efeito de comunicação traduzir-se-á no exterior, por um factor dinamizador dos mercados mais específicos locais.

Por último o papel do Ecomuseu do Barroso enquanto elemento dinamizador da estratégia de desenvolvimento do concelho e da região é também muito importante na medida em que ele se constitui como instrumento de intermediação e de participação do concelho e da região em redes de cooperação e de parceria institucional regionais, transfronteiriças, nacionais ou internacionais. Nesta medida torna-se fundamental o papel de difusão de informação que o Ecomuseu venha a deter, não apenas ao nível interinstitucional, mas igualmente ao nível das comunidades locais e das próprias populações.

As várias dimensões aqui traduzidas do Ecomuseu do Barroso conferem-lhe um papel potencialmente enriquecedor das estratégias de desenvolvimento para o concelho e a região do Barroso, inserindo-se estes na região do Alto Tâmega. O Ecomuseu do Barroso passará a ser um parceiro inquestionável das futuras apostas que a região se proponha levar a cabo, não apenas pelos projectos directamente realizáveis pela sua estrutura organizativa e humana, mas igualmente, pelos projectos e processos que o mesmo possa induzir no tecido socio-económico e institucional regional.

O Ecomuseu do Barroso, enquanto entidade de dinamização local, transporta consigo uma mais-valia significativa nas competências institucionais e humanas de que a região tanto necessita e assume-se como um instrumento de comunicação interno e no exterior de particular relevância. É com certeza descabido (ou arriscado) colocar todas as expectativas de reconversão do modelo de sustentabilidade destes territórios apenas neste projecto. Não deixa de ser aconselhável, contudo, evitar uma avaliação menos valorativa das potencialidades que o projecto contém em termos das oportunidades de afirmação e de inovação para a região.

3. Eixos de sustentação do Ecomuseu do Barroso

3.1. Conceito e objectivos

Em termos conceptuais, podemos dizer que o Ecomuseu : *é uma instituição que administra, estuda, explora com fins científicos, educativos, e em geral, culturais, o património global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade*” (Hugues de Varine, 1978).

Este conceito de Ecomuseu assim definido e transposto para o caso concreto do Ecomuseu do Barroso aponta para alguns corolários muito importantes.

- Um Objecto (matéria)

O Ecomuseu sustenta-se numa comunidade definida pela existência de um grupo social alargado, heterogéneo, dinâmico, mas unido por uma memória colectiva comum;

- Um Objectivo (finalidade)

O Ecomuseu é um motor dos processos de ordenamento do território e no desenvolvimento comunitário local, pressupondo a participação das populações que assim se assumem não somente como objecto, mas também sujeito desse processo;

- Um Património (contexto)

O Ecomuseu deverá ter como suporte e matéria de trabalho os recursos diversos oferecidos pelo património da comunidade em análise, considerando a globalidade da comunidade no tempo e no espaço numa lógica marcadamente interdisciplinar;

- Uma Pedagogia (instrumento)

O Ecomuseu deverá utilizar todos os recursos e métodos disponíveis de modo a fazer com que a comunidade apreenda, analise, critique e domine os problemas que se lhe apresentam em todas as esferas do quadro de vida; por isso, o Ecomuseu deve utilizar essencialmente a linguagem da própria comunidade, dos seus quotidianos, das suas vivências, permitindo um maior conhecimento da identidade comunitária, a descoberta da complexidade da comunidade e a responsabilização cívica.

Tendo na base esta conceptualização de Ecomuseu, iremos propor se seguida os objectivos e valores do Ecomuseu do Barroso, tendo em consideração que estes princípios programáticos se destinam não somente a apoiar a concepção do Projecto, mas que também se poderão assumir como grelha de avaliação periódica do próprio Projecto.

Assim, os princípios programáticos propostos deverão servir de objecto de intensos debates dentro da comunidade por forma a consolidar o próprio Projecto no seio dos principais representantes locais, de entre os quais, se destacam as estruturas do poder local pela sua importância e representatividade face à população e pela sua subsequente importância nos processos de tomada de decisão no tocante à comunidade e seus desígnios.

Os **objectivos** que norteiam o Ecomuseu do Barroso são os seguintes.

- IDENTIDADE e TERRITÓRIO

Reforçar e valorizar a identidade do território face à comunidade

No quadro do desenvolvimento deste Projecto, consideramos que o *conceito do Barroso* é aplicável como contexto de intervenção na medida em que se assume indubitavelmente como território cultural e simbolicamente significativo para a comunidade. A adopção deste conceito coloca, assim, o problema da abertura ou não do Ecomuseu a outros concelhos ou freguesias que constituem o designado Barroso tradicional.

De qualquer forma, e no sentido de reforçar e valorizar a identidade do território, seria importante que o Ecomuseu e a comunidade envolvente (poderes públicos, associações e população em geral) adoptassem uma linguagem e uma imagem comum, una, possibilitando a sua crescente divulgação face ao exterior.

- IMAGEM e DIVULGAÇÃO EXTERIOR

Estabelecer e promover a imagem do território, do seu espaço natural, do seu património e da sua cultura viva

Para os visitantes, quer sejam turistas, investidores ou mesmo autoridades nacionais e europeias, é importante que o território (do Ecomuseu e do Barroso) adquira notoriedade/distinção em termos de beleza, de interesse, de acolhimento e de modernidade.

Nesta linha, esse mesmo território deverá distinguir-se de uma mera justaposição ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, o que não equivale a dizer que não valorize as suas relações com o referido Parque, bem como, a valorização da zona raiana e das sinergias com a Galiza.

- ABERTURA AO EXTERIOR

Abrir a população face ao exterior: regiões vizinhas, Galiza e países de emigração, entre outros
O Ecomuseu não se deve fechar sobre o seu território e petrificar dessa forma a sua identidade. Deve, antes, facilitar a evolução da população, ao ritmo das mudanças sociais, económicas e culturais do mundo moderno. Esta estrutura deverá abrir-se ao mundo e utilizar para esse efeito todas as ocasiões de contacto com os seus visitantes e com experiências exteriores, devendo, portanto, fazer parte de uma rede de iniciativas análogas (outros Ecomuseus, parques naturais ou culturais, etc., em Portugal¹⁷ e no exterior¹⁸).

- PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Criar as condições de uma participação activa no desenvolvimento e mobilizar as forças vivas da população

Dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, como já referimos, a participação activa da população em todos os estádios de desenvolvimento assume-se como primordial. Assumindo este pressuposto, torna-se necessário mobilizar a população, identificar os portadores de iniciativas e de projectos, formar e informar os habitantes e facilitar a sua assumpção como actores no processo de desenvolvimento, sendo determinante o papel do Ecomuseu nesta transformação cultural.

- RECURSOS E DESENVOLVIMENTO

¹⁷ A título exemplificativo, destaque-se a experiência desenvolvida na Serra do Caldeirão.

¹⁸ A título exemplificativo, destaque-se a experiência desenvolvida na zona de Maestrazgo-Teruel (Molinos, Espanha).

Inventariar os recursos patrimoniais e colocá-los ao serviço do desenvolvimento

Quando nos referimos à utilização do património ao serviço do desenvolvimento local, isso significa sobretudo que é importante conhecê-lo, protegê-lo, valorizá-lo e revivificá-lo em consonância com as estratégias e os programas de desenvolvimento. Tal entendimento vai de encontro à própria noção de património vivo e vivido, sendo por isso, importante que as tarefas de levantamento utilizem uma metodologia de trabalho assente em princípios ligados à proximidade com as populações e não aos aparatos técnico-metodológicos amplamente utilizados noutros contextos e muitos próximos do que poderíamos apelidar de abordagem exógena.

- HERANÇA HISTÓRICA e MUDANÇA SOCIAL

Contribuir para a educação das gerações mais jovens, através da transmissão da herança cultural e natural, o domínio da mudança social e a promoção da iniciativa e da acção colectiva

A comunidade encontra-se estruturada em diversos contextos de socialização, dos quais podemos destacar, a família, a vizinhança, a escola, as associações, os media, etc.. Será importante considerar todos estes agentes como parceiros inevitáveis do Ecomuseu, quer como utilizadores, quer como, actores, imbuindo-os de uma pedagogia de aprendizagem do património capaz de interligar o passado e o futuro, transformando-os em agentes activos de aprendizagem e de sensibilização face ao património.

- RESPEITO PELO AMBIENTE, FRUIÇÃO e TURISMO

Assegurar o incremento do turismo rural, verde ou cultural através de uma infraestruturização moderna do território, respeitando os quadros e modos de vida existentes e o meio ambiente

O território deve ser entendido como um local de passagem e um destino turístico. Como deixamos antever no próprio enquadramento deste Relatório, o turismo assume-se como um elemento fundamental do desenvolvimento económico e social local, tendo como elemento de potenciação a riqueza do património cultural e natural. Desta forma, o Ecomuseu deve organizar o ordenamento e o acolhimento dos fluxos turísticos, não destruindo o equilíbrio do território e não colocando em perigo os seus recursos patrimoniais.

3.2. Recursos e temas

Tendo presente a especificidade inerente à implantação do Ecomuseu, nomeadamente, o entendimento alargado e plural da noção de património, a sua matriz pluridisciplinar, a sua valorização da comunidade e sua implantação no espaço, a sua proximidade com as linguagens e maneiras de ser e pensar das populações, consideramos que a metodologia de programação mais adequada do Ecomuseu do Barroso se poderia configurar através da apresentação de *um conjunto de recursos e de temas*. Com efeito, e mediante o reconhecimento/ “imersão” (n) do território efectuado, e seguindo de perto o conceito e princípios programáticos apresentados, consideramos que emergiram alguns temas evidentes que seriam congregadores da abordagem complexa do território por via de uma linguagem museográfica inovadora; estes mesmos temas, constituem, desde já, uma proposta preliminar de inventário de recursos da comunidade.

Antes de passar à sua apresentação e definição, gostaríamos de salientar que se prefiguram como temáticas e recursos pelo facto de serem chaves de leitura, de identificação e de valorização do

território e da comunidade; são, de outra forma, temas de síntese que podem orientar uma inventariação alargada de recursos locais e servir de suporte a todo um conjunto de manifestações quotidianas ocorridas no espaço e no tempo; são, enfim, temas que “agarram” o quadro de vida na sua pluralidade de manifestações culturais, sociais, económicas, religiosas, naturais, etc..

OS RECURSOS

- O PATRIMÓNIO: natural, cultural, histórico e económico

Se optarmos por uma leitura antropológica do património, alargamos inevitavelmente o espectro desse mesmo tema. Por conseguinte, interessa-nos, no quadro deste Projecto museográfico, não só o património imóvel (sítios e monumentos), mas também o móvel (objectos) e o imaterial (memórias, tradições, usos e costumes, maneiras de ser, estar e fazer...). Nesta configuração ampliada, o património e o interesse que se irá despoletar em torno dele, poderá também ligar-se a toda uma vertente de *educação patrimonial*, assumida como alavanca fundamental do Ecomuseu pela ligação entre comunidade, território, identidade e desenvolvimento que opera e sintetiza.

Sob o registo de património natural, podemos incluir as montanhas, as barragens, as ribeiras, os rios, as cascatas, a flora, a fauna, os acidentes geológicos da paisagem, etc.. *No quadro de programação do Ecomuseu estes elementos do património poderiam constituir pontos de interpretação, incluindo ou não circuitos guiados, exposições didácticas, locais de experimentação, entre outros.*

No âmbito do património cultural temos as igrejas, os mosteiros, os castelos, os locais pré-históricos e arqueológicos, os conjuntos habitacionais, os “fornos do povo”, as actividades agrícolas (pastorícia, irrigação, cultivo, produção de batata e de castanhas), os contos e tradições, as festas populares e religiosas. Todo este conjunto patrimonial deveria assumir-se como um campo vivo de aprendizagem da história e da antropologia do Barroso, *recorrendo-se a inventários participados por parte da comunidade e organizando ainda programas de divulgação que tenham nas freguesias, associações e grupos locais os motores de organização e de consecução.*

Do ponto de vista do património histórico, trata-se de um património que radica na monumentalidade (Castelo de Montalegre e fortificações da fronteira), ou ainda, que tem a sua raiz em acontecimentos marcantes (relações com a Espanha por Tourém) e também em biografias de relevo (Bento Gonçalves em Fiães do Rio). *Trata-se de um recurso a potenciar através da realização de festas, de circuitos, da edição de publicações ou da montagem de exposições.*

Na sua vertente de património económico, podemos salientar, as minas, as barragens, a agricultura, o turismo, entre outras. Estas actividades deverão ser encaradas numa perspectiva diacrónica, cruzando a sua importância passada, com a sua relevância presente e perspectivas futuras de evolução. Também a emigração, o contrabando, as actividades de construção civil, o comércio, o Congresso de Medicina Popular poderão ser bons exemplos de património económico a activar e a divulgar. Estas temáticas assumem-se como pretexto da *educação económica e técnica dos jovens e de informação de toda a população da comunidade acerca das mudanças operadas pelas mudanças e evoluções ocasionadas pela modernização das infra-estruturas, das técnicas e da inserção de Portugal em novos contextos sociais e políticos* (Comunidade Europeia), etc..

OS TEMAS

- A PAISAGEM

O território do Barroso engloba uma grande variedade de paisagens que delimitam subconjuntos determinantes na organização do território. *Estas paisagens terão que ser cartografadas e designadas de forma a funcionar como utensílios de leitura da paisagem no uso quotidiano das populações e em toda a documentação produzida centrada no Barroso.*

- OS ELEMENTOS: a água, a pedra e o fogo

A água é um denominador comum de todo este território, uma vez que “aparece por todo o lado” e é utilizada pela comunidade de diferentes formas, tais como, a rega, o consumo animal e vegetal, o consumo humano, a produção de energia, a sustentação de actividades de lazer (pesca, desportos náuticos, natação, etc..). Através deste elemento será importante proceder à *sensibilização dos habitantes face ao seu uso, à educação/formação das gerações vindouras no tocante à racionalização do seu uso, à sua consolidação como elemento de atracção dos visitantes, à sua constituição como objecto de inúmeras actividades e acções associando diferentes instituições e associações locais (EDP, agricultores, associações ecológicas, universidades, distribuidores de água..), etc..*

A pedra, sobretudo o granito, com cores e texturas diversificadas. Assume-se como um recurso económico e paisagístico, servindo de suporte à maioria dos alojamentos, de actividade laboral para muitos habitantes e de elemento omnipresente da paisagem. *Trata-se de uma lógica de valorização do granito como traço estrutural de toda a paisagem barrosã.*

O fogo não deixa também de estar presente na paisagem pelo seu uso quotidiano inevitável, mas também pelo facto de ser provocado muitas vezes, de forma ostensiva, pelo homem. *O Ecomuseu deveria lançar, por exemplo, uma campanha massiva de educação/sensibilização e de prevenção perante a comunidade acerca da utilização destrutiva do fogo.*

- O HABITAT

O *habitat* constitui por si só um património mas também um indicador da qualidade de vida de toda a população, não só residente, mas também, para os emigrantes ou imigrantes, turistas ou novos residentes. O *habitat* deste território apresenta, na generalidade, traços de muita qualidade, nomeadamente nos centros das aldeias, mas encontra-se frequentemente em mau estado de conservação.

Neste contexto, deveria ser promovida uma *acção de longo prazo direccionada ao restauro e conservação do habitat antigo do Barroso*; esta acção seria apoiada por um *centro de recursos que funcionasse como local de formação de artistas, atelier pedagógico para as crianças e jovens e centro de informação.*

Neste quadro, poderíamos também esboçar a concretização de *itinerários de habitat, a edição de publicações temáticas ou até a existência de concursos no tocante às empreitadas de restauro*; salientando-se que estas iniciativas se poderiam estender para a construção de novas habitações e para o ordenamento do urbanismo do Barroso em geral.

- A ECONOMIA RURAL

Sabemos que no quadro da economia rural, o artesanato é uma actividade importante do ponto de vista social, económico e cultural, mas que, em virtude da implantação de novas formas de consumo e da alteração dos hábitos da vida quotidiana tem vindo a sofrer processos de decadência mais ou menos generalizada tanto no Barroso, como em outras regiões de Portugal, em geral.

Neste intuito, o *Ecomuseu deveria apostar na divulgação do seu conhecimento, na promoção da sua qualidade, na qualificação da sua comercialização quer no território local e para os seus habitantes, quer para o exterior*. Aliás, o artesanato encontra-se directamente vinculado à própria noção de Ecomuseu, pelo que possui de enraizamento aos modos de vivência e de sobrevivência da comunidade. Seria ainda uma tarefa não menos importante do Ecomuseu a de proceder à sua *inventariação, registo, catalogação, comercialização e divulgação*.

3.3. Actores e parceiros institucionais

A implementação do Ecomuseu de Montalegre está estreitamente dependente do accionamento de parcerias e de redes de concertação institucional. Os actores e parceiros institucionais a envolver no Ecomuseu podem assumir naturezas e especificidades diversificadas, bem como abrangências geográficas também diversas e escalas de intervenção igualmente distintas. Independentemente dessas diferenças, parece-nos importante destacar a importância do estabelecimento de redes de cooperação e de parceria múltiplas com as diferentes entidades, instituições e actores, de forma a abrir o projecto e a comunidade face ao exterior. Parcerias múltiplas porque accionam conteúdos e projectos diversificados no quadro da implementação do Ecomuseu do Barroso.

Um primeiro conjunto de actores locais e de parceiros a envolver relacionam-se com o que poderemos apelidar de parcerias locais, isto é, que envolvem um conjunto de entidades e de actores sociais cujo espectro do alcance das suas actividades se confina à freguesia, ao lugar ou ao concelho de Montalegre. Dentro deste primeiro nível de actores e parceiros podemos enunciar, entre outros, os seguintes: as Juntas de Freguesia, as associações culturais, recreativas, desportivas, as instituições particulares de solidariedade social, as paróquias, os artesãos ou instituições locais de artesanato, as empresas hoteleiras e de restauração, as empresas comerciais, as escolas básicas e secundárias do concelho, as escolas profissionais ou cooperativas de ensino existentes, a Biblioteca Municipal, os grupos locais de dinamização de caminhadas e de descoberta de percursos, a Cooperativa Agrícola, o Centro de Emprego e a UNIVA, as associações de agricultores, etc.

Um segundo nível de actores e de parceiros tem um alcance regional, porque desenvolvem as suas actividades tendo como horizonte não só o concelho de Montalegre, mas conjuntos mais alargados de concelhos, podendo até representar toda a Região Norte. Dentre estes actores podemos salientar: a ADRAT, a Associação de Municípios do Alto Tâmega, a Comissão Regional de Turismo do Alto Tâmega, a Direcção Regional da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro, o PNPQ, o IPAAR - Delegação do Norte, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Universidade do Minho, a Comissão de Coordenação da Região Norte, o Gabinete de Apoio Técnico do Alto Tâmega, etc..

Um terceiro nível de parceria situa-se nas chamadas parcerias nacionais, que equivalem ao estabelecimento de relações de parceria com instituições ou associações que se situam em território nacional e não concretamente na Região do Norte. Neste caso, podemos salientar as relações de concertação a estabelecer pelo Ecomuseu com projectos e instituições congéneres, tais como, o Ecomuseu do Seixal, o Campo Arqueológico de Mértola e o Ecomuseu Rural das Serras do Algarve, ou com outras instituições nacionais de natureza universitária que desenvolvem investigação em domínios relevantes para o Projecto.

Finalmente, também não poderemos deixar de referenciar as parcerias internacionais pela importância que pode assumir a integração do Ecomuseu num contexto de rede de colaborações internacionais, nomeadamente com projectos e instituições congéneres de que são exemplos, o Parque Cultural del Maestrazgo-Teruel na região de Aragão em Espanha ou o Ecomuseu da Região de Fourmies-Trelon (Norte de França), com instituições que desenvolvem projectos de desenvolvimento (ex. Comunidade Galiza Norte de Portugal), ou com instituições de investigação e ensino (nomeadamente gaegas) ou ainda, com projectos específicos relacionados com os diferentes conteúdos programáticos do Ecomuseu (exs. Associações de Caminheiros, Associações de Desenvolvimento Rural, Associações de Desenvolvimento Cívico...).

3.4. Territórios

O território do Ecomuseu do Barroso propõe-se abranger, enquanto projecto municipal, o concelho de Montalegre, inserido na região de Barroso. Parece-nos irrealista, pelo menos no tocante à primeira fase de implantação deste Projecto (num horizonte de quatro anos), pretender cobrir integralmente todo o território compreendido pelo concelho, olhando-o numa só perspectiva de intervenção. A delimitação de unidades territoriais dentro da área total do concelho, as quais integram portanto o território abrangido pelo projecto do Ecomuseu, teve como finalidade facilitar por um lado, a operacionalização de um processo de envolvimento progressivo das pessoas e dos agentes através de espaços mais micro, e por outro lado, contribuir para que acções ou dinâmicas emergentes pontuais ou circunscritas, pudessem constar de um processo mais alargado de prefiguração do Ecomuseu.

Pretendeu-se evitar uma metodologia de natureza centrífuga, a partir de um centro (naturalmente, a Vila de Montalegre, sede do concelho), para dar lugar a uma metodologia mais de natureza matricial, onde cada unidade territorial, com algumas características específicas, pudesse participar num processo de valorização dos recursos locais dentro de objectivos comuns, formulados tendo também uma finalidade comum, o desenvolvimento sustentado do concelho na sua íntegra.

Assim, não se estabeleceram como critérios de delimitação destas unidades, apenas elementos da sua riqueza patrimonial sócio-cultural e ambiental, como recursos e potencialidades de acção face aos desafios de valorização que se assumem como desejáveis.

Desta feita, o esboço preliminar das unidades territoriais, objecto por excelência do Ecomuseu do Barroso, foi feito tendo na base os seguintes critérios:

- i) cada unidade territorial deve englobar várias aldeias/lugares, um conjunto patrimonial diversificado, bem como, suficiente diversidade e riqueza de recursos;
- ii) cada unidade deve apresentar elementos de paisagem específicos com diferenças face a outros espaços, constituindo, portanto, e se possível, um cenário de uma relativa especificidade dentro do quadro da paisagem global barrosã;
- iii) cada unidade deve contemplar percursos pedestres ou feitos através de outros meios não automóveis (BTT, cavalo, barco, etc.);
- iv) cada unidade deve oferecer possibilidades imediatas ou, a breve prazo, de alojamento e de restauração;
- v) cada unidade deve possuir um conjunto de “pessoas-recursos” disponíveis para a participação no Projecto;
- vi) cada unidade deve partir da existência de um consenso local (nomeadamente, por parte dos presidentes das Juntas de Freguesia) acerca da sua pertinência e possibilidades de efectivação.

Considerando os critérios de definição das unidades territoriais do Ecomuseu do Barroso, foram propostas nesta fase de concepção do próprio Ecomuseu, oito unidades:

1 - Zona do Gerês fronteira: Tourém e Pitões das Júnias

2 - Zona do Rio: Paradela, Outeiro, Fiães do Rio, Contim, Sezelhe, Cambezes do Rio, Covelães, Mourilhe e Donões;

3 - Zona da Raia, de Fronteira e de ligação a Espanha : o Padroso, Padronelos, Gralhas, Solveira, Santo André, Vilar de Perdizes e Meixedo

4 - Zona do Centro /sede do concelho

Montalegre

5 - Zona do Pindo/Leiranco

Meixide, Cervos e Sarraquinhos

6 - Zona do Rabagão

Chã, Viade de Baixo, Fervidelas, Morgade, Vila da Ponte, Venda Nova, Pondras, Reigoso, Negrões, Venda Nova, Vila da Ponte, Pondras e Reigoso

7 - Zona de Salto

Salto

8 - Zona do Gerês II

Cabril, Ferral e Covelo do Gerês

Por razões de facilidade de determinação, utilizou-se a unidade administrativa freguesia, embora se admita, que na realidade, em termos de processo de envolvimento participativo das populações, se possam vir a dar pequenos ajustamentos a estes limites. A conjugação dos diferentes critérios de delimitação das unidades de abordagem levou-nos, assim, à identificação das unidades em análise. Convém referir, neste ponto, que cada unidade territorial apresentada foi objecto de um consenso local acerca da sua pertinência e possibilidades de efectivação.

No caso da Zona do Rio, parece existir entre as freguesias e lugares que compõem essa unidade, a partilha de elementos comuns do ponto de vista natural e sócio-cultural. Trata-se de uma zona que é determinada em termos de paisagem pela influência do Cávado, onde o elemento “água” parece ser determinante na paisagem e modos de vida, destacando-se uma proficuidade de elementos ligados à rega tradicional, relógios de sol, poças de engenho, fontes de mergulho, moinhos, etc. Esta região é também marcada, ainda hoje, por uma grande produção de legumes (feijão verde, couve e grelos). É uma zona caracterizada por uma produção agrícola de tipo intensivo.

Na Unidade da Raia constata-se uma certa identidade comum alicerçada num modo de vida marcado pelas intensas relações fronteiriças, nomeadamente pela carga histórica e de sociabilidades trazidas, nomeadamente, pelo contrabando. Aliás, esta vivência de fronteira faz com que ainda no momento presente as pessoas de ambos os lados se desloquem para a frequência de actos sociais (ex. funerais), recreativos (ex. torneios de futebol), mantendo mesmo, relações de propriedade de terra em ambos os lados. Para além dessas características, também um passado de forte tradição comunitária marca os modos de vida e os valores raianos. Denota-se também nesta unidade uma sociabilidade e vida lúdica muito marcadas pela vivência de lazeres nocturnos, porventura mais uma reminiscência da época de contrabando.

Relativamente à unidade do Rabagão, podemos considerar que detém uma identidade comum em termos de paisagem global determinada pela presença da grande obra de hidráulica que é a Barragem do Alto Rabagão, e a sua Albufeira. Não obstante, será importante evidenciar a existência neste espaço de realidades culturais e geográficas diferenciadas. Exemplificadamente, em Pondras predomina o cultivo do milho, enquanto que, em Morgade, em Negrões ou em Chã, predomina o cultivo do centeio e da batata. Também Vila da Ponte já não atesta uma tradição tão arreigada em termos de produção do fumeiro, verificando-se uma maior aproximação à identidade e modo de produção minhotos. Assim, nesta zona, é possível falar-se em “Alto Rabagão” (Chã, Morgade, Viade e Negrões), em “Baixo Rabagão” (Fervidelas, Reigoso, Pondras e Venda Nova) e numa “Zona de Transição” conotada a Vila da Ponte.

As gentes de Salto, por seu turno, apresentam um carácter mais bairrista e de relativa autonomia, hipoteticamente derivados da tradição histórica da “Questão de Salto”, em que a vila de Salto foi anexada a Cabeceiras de Basto nos primeiros anos após a implantação da República. A Zona de Salto é também tida como uma “zona de agricultores ricos”, marcada por uma prática agrícola ligada predominantemente a “grandes lavradores”.

Na Zona do Gerês Fronteira, o comunitarismo mantém-se como uma tradição fortemente enraizada nos modos de vida e nos padrões culturais locais. Esse modo de vida ainda aparece traduzido no pastoreio, onde pontuam as vezeiras, o boi do povo, etc. Do ponto de vista da produção artesanal também podemos salientar uma relativa especificidade que se prende com a tecelagem, nomeadamente, de meias, de mantas, de colchas, tapetes e aventais. Convém referir que o contrabando também encontrou um ponto de passagem em Tourém dada a sua proximidade à Galiza. No caso particular de Tourém, e desta zona em geral, também é de salientar a importância da memória histórica ligada ao Couto Misto de Rubiães, que determinou, e ainda continua a

determinar, uma convivência muito intensa entre ambos os lados da fronteira. Assim, muitas das gentes que actualmente vivem em Tourém são galegas e vice-versa, em função da celebração de casamentos mistos.

A Zona do Gerês II, ainda que portadora de uma paisagem e modo de povoamento similar, apresenta algumas diferenciações face à Zona Fronteiriça do Gerês, designadamente por uma maior proximidade face ao Minho e uma forte ligação a Braga.

A Zona do Pindo/Leiranco apresenta uma maior ligação a Chaves, sendo essa característica um traço de afirmação identitário não negligenciável. Também uma demarcação face aos modos de vida raianos congrega algumas das especificidades deste território. Por seu turno, a Vila de Montalegre parece conter especificidades derivadas da sua própria condição histórica e social de centro do concelho.

